

Campinas e a implementação do Sistema Único de Saúde a partir da década de 1970

A cidade de Campinas, durante a década de 1970, se destacou no cenário nacional tanto pela elaboração de propostas para a organização de sistemas de saúde, quanto na sua efetiva implementação. Essa história é contada da dissertação de mestrado “Antecedentes da implementação do SUS - Sistema Único de Saúde - em Campinas, SP”, do médico Adilson Rocha Campos, defendida no programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

“As razões que me levaram à realização desse estudo estão relacionadas à minha implicação pessoal com o assunto, na qualidade de militante político no final da década de 1970, inserido na luta contra a ditadura militar; de estudante de medicina da Unicamp na década de 1980; de médico sanitarista trabalhador do SUS a partir da década de 1990; de professor a partir da década de 2010 e, principalmente, por acreditar que ao olhar para a trajetória da construção do SUS, encontramos razões para nos sentirmos ainda mais motivados para defendê-lo e continuar sua construção”, explica Adilson.

A pesquisa foi elaborada a partir da leitura e análise de documentos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que se encontram organizados no Centro de Documentação da Secretaria Municipal de Saúde (CEDOC), documentos produzidos durante a época estudada (fontes primárias) e documentos que posteriormente analisaram a época (fontes secundárias), além de entrevistas com Nelson Rodrigues dos Santos, Carmem Cecília de Campos Lavras, José

Carlos Silva e Gastão Wagner de Sousa Campos que tiveram importância no encadeamento dos acontecimentos no sistema de saúde municipal.

Na década de 1970, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) era a responsável pela Saúde Pública e pela rede de serviços estaduais instaladas no município. Cabia à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Campinas a responsabilidade, apenas, pelos seus serviços municipais de assistência à saúde. O modelo de atenção vigente, nacionalmente, era o Previdenciário, cabendo ao complexo formado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) a atenção aos trabalhadores beneficiários e seus dependentes.

Ainda nos anos 1970, num ambiente de efervescência política de resistência e combate ao governo da ditadura militar instalada no país, os movimentos sociais e as instituições democráticas passaram a ganhar importância e tiveram uma atuação destacada também na área de saúde. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o então denominado Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), teve papel fundamental no que viria a ser a chamada área de Saúde Coletiva, ao introduzir no processo de

formação dos alunos de medicina, as discussões sobre a determinação social das doenças e difundir as bases conceituais da Medicina Comunitária, principalmente com os alunos que participavam do Laboratório de Educação Médica e Medicina Comunitária (LEMC), formando médicos que viriam a trabalhar, em seguida, na implantação desse modelo na SMS.

A coordenação do LEMC, até 1975, cabia ao médico Sérgio Arouca, que era docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da FCM da Unicamp. Segundo depoimento colhido por Adilson durante entrevista com a

médica Carmem Lavras, que na época era estudante de medicina da faculdade, os alunos voluntários que cursavam medicina na FCM, a partir do quarto ano atendiam a população no período noturno em alguns bairros periféricos da cidade, como Vila Costa e Silva, Vila Rica e Parque Brasília.

“O papel do DMPS da Unicamp, através das atividades desenvolvidas sob a coordenação do professor Sérgio Arouca, foi decisivo tanto na formulação teórica e técnica de modelos de atenção à saúde, quanto para a implantação do modelo de Medicina Comunitária no município de Campinas e sua articulação com outros municípios onde experiências similares estavam ocorrendo”, explica Adilson.

Em Campinas, a partir de 1977, quando o médico Sebastião de Moraes assumiu a direção da Secretaria Municipal de Saúde, começou a haver a institucionalização do modelo de atenção denominado Medicina Comunitária. Data dessa época o início da rede de postos de saúde, denominados então de “Postos comunitários de Saúde”.

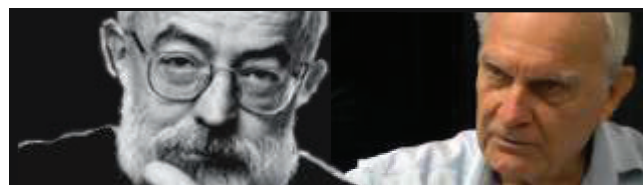
A partir de 1983, o Secretário Municipal de Saúde passou a ser o médico sanitário do DMPS da FCM Nelson Rodrigues dos Santos, que teve uma atuação de destaque nas discussões nacionais sobre as necessárias mudanças no sistema de saúde. Sob sua gestão, é implantado o projeto “Pró-Assistência 1”, com o qual se pretendia que a rede de postos e serviços de saúde passasse a operar numa lógica de integração, hierarquização e regionalização, envolvendo todas as instituições públicas e não públicas que prestavam serviços assistenciais no município.

Em sequência ao Pró-Assistência, em dezembro de 1983 é assinado convênio entre o INAMPS e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, dando início às Ações Integradas em Saúde (AIS). Municípios como Campinas e Ribeirão Preto foram os primeiros a assinar o convênio AIS e, em seguida, Itu, São Roque e Botucatu. Em 1983, os recursos financeiros provenientes das AIS pagavam todo o atendimento da população não previdenciária.

“A universalidade nasceu ali. Outra coisa que fizemos, sem rótulo, foi a prática da equidade, pois nossa prioridade era o mais desassistido; entendíamos que era uma vitória atender a classe média, mas a prioridade era o mais necessitado. Ali nasceu o embrião do que viria a ser o SUS na Constituição, para em 1987 ganhar seu nome na Comissão Nacional de Reforma Sanitária (CNRS)”, revela Nelson Rodrigues dos Santos (Nelsão) em depoimento à Adilson.

Nos anos que antecederam à Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, a articulação nacional acerca do tema saúde foi muito intensa, culminando na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que teve ampla participação popular e de representantes de todos os setores envolvidos com a questão da saúde. O professor Sérgio Arouca, que foi o relator da oitava CNS, foi eleito deputado constituinte e teve papel fundamental na defesa das teses definidas pela conferência.

“À luz do atual momento do SUS, verificamos que a trajetória percorrida para sua construção, desde os seus antecedentes históricos, possibilitou várias conquistas, que devem ser sempre reafirmadas e aprimoradas. Verificamos, ainda, que no caminho percorrido para a implantação dessa política pública, havia dificuldades adicionais, de ordem política, de gestão e de financiamento, que tem impedido o seu avanço. E, por toda sua complexidade, sempre teremos velhos e novos desafios a serem enfrentados. O SUS é dinâmico como a vida”, diz. 🏠



Sérgio Arouca e Nelsão

Dissertação: Antecedentes da implementação do SUS - Sistema Único de Saúde - em Campinas - SP

Autor: Adilson Rocha Campos

Orientador: Gustavo Tenório Cunha

Área: Pós-Graduação em Política, Planejamento e Gestão em Saúde

Texto: Edimilson Montalti